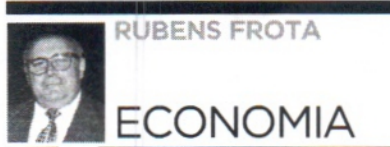


ECONOMIA



RUBENS FROTA

ECONOMIA

Simplemente, nada é por acaso

O Ministério da Economia anunciou, na semana passada, a necessidade de um corte adicional de R\$ 8,2 bilhões no orçamento para evitar o estouro do teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Isso significa que os ministérios terão suas verbas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) reduzidas, devido à alta em despesas obrigatórias como sentenças judiciais e subsídios ao financiamento agrícola – lembrando que o Governo já havia feito um bloqueio, de R\$ 1,7 bilhão, em recursos no mês de março. Com isso, o total de recursos travados no orçamento chega a R\$ 9,9 bilhões. O corte seria ainda maior caso a equipe econômica já tivesse incluído o impacto dos reajustes a servidores públicos.

O governo parcelou o corte no orçamento devido do impasse envolvendo a promessa de Bolsonaro de aumento salarial mais generoso às carreiras policiais. O desejo de privilegiar algumas categorias criou um impasse na decisão final sobre os reajustes. Sem uma definição, o Governo deixou para julho um bloqueio adicional de cerca de R\$ 5 bilhões para acomodar o impacto do reajuste de 5% a todos os servidores e de um aumento diferenciado para categorias policiais – cenário tido como mais provável até o momento. É claro, mais próximo das eleições (já entre nós). O entendimento é de que Bolsonaro pode encaminhar ao Congresso os projetos de lei que tratam dos reajustes e sancioná-los após a aprovação dos parlamentares sem ter uma reserva prévia no orçamento para o aumento de despesa.

Podia ser antes

A preocupação com a lei eleitoral tem travado medidas na área econômica no momento em que elas poderiam ajudar a popularidade de Bolsonaro na corrida pelo Palácio do Planalto. As medidas visam dar alívio tributário a pessoas físicas e empresas, facilitar o acesso a crédito e até atrair capital estrangeiro ao País. Com as incertezas sobre possíveis infrações à legislação neste ano, as iniciativas têm sido analisadas com mais cautela – e, como consequência, parte já foi descartada.

Podia ser antes II

A principal iniciativa é a correção da tabela do Imposto de Renda, promessa de Bolsonaro, em 2018, quando havia anunciado que ampliaria a isenção para todos que ganham até R\$ 5 mil por mês. Depois disso que a medida seria mais restrita e, agora, para variar, nada deve sair do papel. Segundo integrantes da área econômica, a ampliação da faixa de isenção neste ano criaria uma gratuidade a apenas parte da população – o que poderia ferir a legislação. Promessa renovada para outubro?

Aplicativos estrangeiros seguem sem taxaço

Bolsonaro disse que não pretende assinar MP para taxaço de compras por aplicativos, rebaixando, segundo ele, informações que teriam circulado na imprensa. As declarações de Bolsonaro contradizem o ministro da Economia, Paulo Guedes, que, durante evento com empresas do mercado financeiro, na semana passada, mencionou a possibilidade de criar um imposto digital para combater o camelô-dromo virtual. Ele ressaltou ainda que, para possíveis irregularidades nesse serviço ou outros, a saída deve ser a fiscalização, não o aumento de impostos.

Fim da greve

Os peritos médicos do INSS anunciaram o fim da greve, com a retomada do atendimento aos beneficiários do instituto a partir de hoje. Segundo a ANMP (associação dos médicos peritos), todas as 18 reivindicações da categoria foram aceitas pelo Governo. No acordo assinado por representantes da categoria e pelo ministro da Previdência, José Carlos Oliveira, ficou estabelecido que, se o reajuste dos servidores for linear para todos o funcionalismo, os peritos receberão o mesmo índice.

Fim da utilidade?

Extremamente útil, o código 0303 para identificar chamadas indesejadas pode ser extinto. Associações que representam as empresas de telecomunicações foram ao STF para tentar derrubar a obrigatoriedade de exibir o prefixo 0303 em ligações de telemarketing. Entidades do setor dizem que por representantes da categoria e pelo ministro da Telecomunicações) extrapolou sua competência, ao instituir que a oferta de produtos e serviços por telefone deve ser feita apenas por números sinalizados com o código.

Café: Preço pode subir ainda mais

O rio intenso e a geada afetam drasticamente as plantações brasileiras, especialmente em lavouras de milho, hortaliças (frutas, verduras e legumes), cana-de-açúcar e café. Se os preços dos alimentos já estão bem altos, os dias gelados podem piorar ainda mais o acesso aos alimentos básicos. Nos últimos 12 meses, encerrados em abril, o café moído já ficou 67,53% mais caro. Café ainda mais caro, mais caro...

Poupança rende abaixo da inflação

Na base 2 anos, aponta estudo

Em março, as retiradas de cadernetas de poupança superaram os depósitos em R\$ 15,4 bi, segundo dados do Banco Central

Os rendimentos oferecidos pela poupança estão próximos de somar dois anos de juros reais negativos. Isso quer dizer que está rendendo abaixo da inflação. Os dados são de levantamento da plataforma Econômica, que constatou que o retorno real da poupança no acumulado de 12 meses foi negativo em 6,58% no mês de abril, quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 12,13% na mesma base de comparação, nível mais alto desde outubro de 2020.

A remuneração da poupança é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano

À inflação foi em agosto de 2020. Naquele momento, o retorno real da aplicação foi de 0,45% em um ano. Apesar da recente escalada na taxa básica de juros, a Selic, que aumenta a atratividade de produtos de renda fixa de modo geral,

o rendimento da poupança não muda. Isso quer dizer que, mesmo com a taxa Selic em 12,75% ao ano, atualmente, e com previsões de subir ainda mais um pouco, a aplicação da caderneta segue com o rendimento inalterado em 6,17% ao ano.

A remuneração da poupança é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Já quando a taxa básica é de até 8,5%, o rendimento da poupança equivale a 70% da Selic. A aplicação é isenta de IR (Imposto de Renda).

Estados e municípios receberão R\$ 7,7 bilhões do pré-sal

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O governo federal, por meio do Banco do Brasil, vai realizar repasse de R\$ 7,7 bilhões para todos os estados, para o Distrito Federal e mais os 5.569 municípios brasileiros. O valor é relativo à arrecadação dos bônus de assinatura do leilão dos excedentes para exploração de petróleo e gás natural da cessão onerosa dos campos de Ségua e Atapu, no pré-sal. Os dados foram divulgados pelo Ministério de Minas e Energia.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.

O valor será pago até esta terça-feira (24/05). O leilão foi realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em dezembro de 2021 e rendeu bilhões de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões. Desde 2019, oito leilões de petróleo e gás natural garantiram investimentos de R\$ 800 bilhões, com expectativa de criação de mais de 500 mil empregos.



FOTO FOLHAPRESS